

# Aliados também querem negociar

Depois dos governadores de oposição marcharem contra a política econômica do governo federal e o aperto nas contas estaduais, será a vez dos pefelistas darem um basta nas solicitações de ajustes nos estados por parte da União. Na reunião de amanhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso, os governadores do partido apresentarão uma proposta para acerto de contas públicas que, acreditam, poderá chegar a reduzir os valores das dívidas dos estados, sem obrigação de revisão de contratos.

A rebeldia do Partido da Frente Liberal (PFL) é diferente daquela dos oposicionistas. Eles não querem mexer nos contratos de renegociação de dívidas firmados no primeiro governo de Fernando Henrique, mas estão buscando fórmulas que possam reduzir os valores desses débitos, especialmente na área da Previdência, considerada o maior ralo de recursos dos estados. As bases da proposta foram apresentadas ontem aos governadores e à cúpula do PFL pelo economista Paulo Rabello de Castro, o guru do partido.

Durante toda a reunião, os governadores deram mostras de que, assim como os oposicionistas, também não estão nada satisfeitos com a política do governo. Até mesmo a comedida governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), foi taxativa ao sair do encontro: "É impossível apertarmos mais. Apertamos tudo o que podíamos. Vamos cobrar uma efetiva ação do governo

federal. Temos que baixar juros e dar estabilidade econômica ao país", comentou.

Dentro da reunião, as reações dos governadores e prefeitos pefelistas foram ainda mais contundentes. Roberto Magalhães, prefeito de Recife, não poupou críticas às medidas adotadas pelo governo federal, puxando o festival de reclamações dos demais.

"No momento, a União está com uma das mãos no bolso de Recife. Novos ajustes, só se partimos para a degola de aposentados e execução de servidores públicos. Se a União me devolver o que tomou com o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) e com a lei Kandir, eu juro que não ponho mais os pés em Brasília", cobrou.

As reclamações de Magalhães lembraram o estilo do governador mineiro Itamar Franco. "Esses rapazes que mal falam o português ou que confortavelmente se expressam em língua inglesa não conhecem o Brasil", reclamou, referindo-se à equipe econômica chefiada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Todos concordaram que é hora de o governo parar de tirar dinheiro dos estados, e ao mesmo tempo, buscar mecanismos que permitam um alívio nas contas estaduais. A maior reclamação foi a de que todas as vezes que o governo quer dinheiro, ou tira recursos dos estados ou aumenta impostos que geram receita apenas para o seu caixa.

**"NOVOS AJUSTES, SÓ SE PARTIMOS PARA A DEGOLA DE APOSENTADOS E EXECUÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS."**

**Roberto Magalhães,**  
prefeito do Recife

Zuleika de Souza 6.8.98



**Roseana: "É impossível apertarmos mais. Vamos cobrar do governo federal juros baixos e estabilidade econômica"**

Foi aí que entrou a proposta do economista. Rabello sugeriu uma reengenharia financeira ampla, mas os pefelistas se detiveram na criação de uma central de crédito das contas públicas, onde cada estado ou município faria o acerto entre o que deve e o que julga ter a receber do governo federal.

"Com isso, quem deve 100 e tem a receber 60, passa a dever 40. É uma forma de pôr todas as dívidas na mesa e dar transparência às contas públicas", explicou o senador José Jorge (PFL-PE), que participou ainda de um almoço onde os pefelistas receberam por escrito todos os detalhes do texto, que será rediscutido hoje em nova reunião,

desta vez com todos os governadores do partido.

Ontem, estavam presentes, além de Roseana, os governadores do Amazonas, Amazonino Mendes; de Rondônia, José Bianco; e do Tocantins, Siqueira Campos. Faltaram à reunião o governador do Paraná, Jayme Lerner, e da Bahia, César Borges, representado pelo secretário de Fazenda, Albérico Machado Mascarenhas, que também não poupou críticas:

"O que nós reduzimos de custos, perdemos para a União, com a lei Kandir e o FEF. São R\$ 420 milhões por ano!", reclamou o secretário baiano, referindo-se aos recursos a que o estado teria direito, mas que

são perdidos com o FEF e com as isenções que a lei Kandir dá aos exportadores.

As críticas contaram com o aval do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (BA), que também foi duro: "O governo tem feito mais em socorro de quem não fez o dever de casa do que de quem fez", reclamou.

Hoje, os governadores pefelistas vão divulgar uma nota contendo uma posição conjunta sobre as propostas de Rabello e o que vão encaminhar na reunião de amanhã com o presidente. Uma coisa eles já decidiram: não vão dizer amém aos pedidos de sacrifício que o presidente pretende fazer. (DR e LM)